
Feminismos e enquadramentos do caso “React: objetificando”¹

Lucianna FURTADO²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir o vídeo “React: objetificando”, das rappers Lívia Cruz e Bárbara Sweet, como um acontecimento, junto à construção de sentidos definida pelos enquadramentos apresentados pelas autoras e por ativistas dos movimentos negros que constituíram o público. Por meio da estruturação de uma disputa de enquadramentos divergentes em relação ao conteúdo discursivo do vídeo, este trabalho aponta sua contextualização no campo das discussões feministas, em relação ao questionamento da representatividade da categoria feminina como centralizada nas mulheres brancas mediante a construção de abordagens analíticas contra-hegemônicas.

PALAVRAS-CHAVE: Acontecimento; enquadramento; racismo; feminismo negro; abordagem interseccional.

Introdução

O vídeo “React: objetificando”, lançado com o propósito de inverter papéis de gênero no contexto do comportamento de objetificação entre rappers, teve sua construção de sentidos questionada nas redes sociais em manifestações de pessoas ligadas aos movimentos negros. Nesse contexto, este trabalho pretende analisar a interação entre esse acontecimento e os sujeitos que compuseram seu público e a constituição de um processo de afetação mútua por meio da apresentação de enquadramentos divergentes, investigando como essas relações evidenciam questões mais amplas nas discussões teóricas feministas, assim como suas implicações e reverberações na sociabilidade cotidiana.

A divergência de enquadramentos diante de um acontecimento

Ao longo deste trabalho, será empregado o conceito de acontecimento conforme desenvolvido por Louis Quéré (2005), construído a partir da perspectiva pragmatista

¹ Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa de Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Graduada em Comunicação Social (Publicidade) pela mesma instituição. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: lucianna.furtado@gmail.com

sobre a noção de experiência. Segundo a definição de Dewey (1980), experiência é o resultado da interação entre o sujeito e o mundo que o cerca, em um processo interacional que ocorre de forma contínua. Nessa relação, o indivíduo afeta o objeto e, em contrapartida, também é afetado por suas propriedades, agindo sobre ele, transformando-o e sendo também transformado por ele. Esse processo desencadeia as ações e reações seguintes e resulta, por fim, na adaptação mútua dos elementos envolvidos.

Considerando o acontecimento em sua dimensão interacional, ou seja, tomando-o não como uma ocorrência abstrata, mas como algo que acontece *a alguém*, Quéré (2005) estabelece a experiência como o aspecto principal do acontecimento. A partir de sua intervenção na experiência do sujeito, o acontecimento o afeta e transforma, desencadeando reações, respostas, releituras, expectativas ou alguma forma de posicionamento em relação a ele. Essa abordagem considera como acontecimento uma ocorrência que emerge como uma ruptura, que apresenta uma mudança ou irregularidade em uma experiência que, até então, se constituía como uma sequência contínua. Nessa perspectiva, segundo Simões (2012), os acontecimentos são dotados de certa imprevisibilidade, caracterizados por seu caráter inesperado, pois instituem uma descontinuidade na experiência dos sujeitos com os quais interagem.

Nesse sentido, o acontecimento é marcado por um poder de revelação que mobiliza diferentes temporalidades, na medida em que irrompe na experiência dos sujeitos no presente; articula novas atribuições de sentido que reconstróem o passado que o contextualiza; e desencadeia, também, um novo horizonte de possibilidades ao orientar as ações seguintes. Na perspectiva de Quéré, por apresentarem uma propriedade de afetação, os acontecimentos operam transformações sobre os sujeitos que o vivenciam, assim como sobre o mundo onde emergem:

Ao introduzir o novo, o acontecimento estimula os sujeitos envolvidos a restaurar a continuidade rompida, abrindo espaço para a investigação em torno do que o tornou possível e do que existirá em consequência dele; ele esclarece seu passado e seu futuro, convertendo essas dimensões temporais em construções relativas a um “presente acontecimental” (FRANÇA; ALMEIDA, 2008, p. 5).

Nesse contexto, a noção de enquadramento oferece uma ferramenta analítica para compreender as estruturas de construção de sentido sobre um determinado acontecimento, assim como a constituição das diversas formas de posicionamento dos sujeitos diante de seu discurso. O conceito de enquadre (também chamado de quadro)

de Gregory Bateson (2002) se refere às estruturas cognitivas de significados e normas sociais, às condições simbólicas e culturais que contextualizam e orientam a interpretação dos processos sociais de construção de sentido. Segundo o autor, uma interação pode constituir níveis de abstração contrastantes, apresentando mensagens implícitas contraditórias em relação ao discurso explícito – de modo que uma cena que aparenta hostilidade ou agressão pode indicar, em um contexto metacomunicativo, um quadro de afeto ou brincadeira, conforme a relação entre os sujeitos. Na visão de Bateson (2002), portanto, o quadro é constituído pelo conjunto de informações contextuais socioculturais que permitem acessar a multiplicidade de níveis de abstração que permeiam as interações comunicativas.

Desenvolvido para a comunicação na psicologia, o conceito foi apropriado e aprofundado por Erving Goffman (1974) para se referir, de forma mais ampla, às interações sociais. Em sua perspectiva, quadros são os princípios de organização que governam a experiência, que configuram as ocorrências sociais; são as estruturas de sentido que permitem definir a situação e interpretar o que está acontecendo nessa determinada ocorrência. Para Goffman (1974), o quadro opera no aspecto cognitivo da experiência, em seus significados e construções de sentido, assim como na orientação do envolvimento dos sujeitos, contendo expectativas de caráter normativo, referentes ao modo como o indivíduo deve se portar em determinadas situações sociais.

Nessa abordagem, de acordo com França e colaboradores (2014), os quadros são como matrizes interpretativas necessárias aos sujeitos nos processos sociais e que possibilitam compreender as diferentes situações cotidianas, de modo que o enquadramento se constitui, portanto, como o ato de acionar esses quadros para articular a apreensão da situação com as ações apropriadas. Nesse sentido, os autores enfatizam que esses quadros não são construções individuais, tampouco fixas e estáticas, se apresentando como estruturas socioculturais construídas e reconstruídas coletivamente: “Eles subentendem certas convenções vigentes numa dada sociedade que os indivíduos mantêm, transformam, atualizam, em suas interações e relações sociais” (FRANÇA et al, 2014, p. 81). Nesse contexto, Goffman (1974) afirma que o enquadramento pode apresentar ambiguidades, equívocos ou mesmo interpretações diferentes quanto à definição do que está acontecendo. Quando são apresentadas visões opostas e conflitantes sobre uma determinada ocorrência, o autor aponta a constituição de uma

disputa entre quadros, caracterizada por um impasse ou divergência quanto à escolha do quadro apropriado para interpretar a situação.

A noção de enquadramento pode ser operacionalizada, dentre outras modalidades³, na análise de conteúdo discursivo. Essa vertente foca na apreensão da forma como a realidade social é enquadrada em determinadas perspectivas por meio dos enunciados: “Busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193). Aplicado a esse modo de análise, Robert Entman (1993) define o enquadramento como um gesto de seleção e destaque de certos pontos da composição discursiva; como o ato de escolher determinados aspectos em uma forma de percepção da realidade para projetá-los com mais ênfase, privilegiando, assim, determinada visão de mundo, um modo específico de interpretar o tema em discussão.

Na visão de Entman (1993, p. 52), os quadros apresentam quatro funções: 1) definir problemas, determinando o que um agente causal está fazendo, a que custo e com que benefícios, normalmente mensurados de acordo com valores culturais comuns; 2) diagnosticar razões, identificando os aspectos que criam o problema; 3) realizar julgamentos morais, avaliando os agentes causais relacionados e seus efeitos; 4) sugerir formas de remediá-los, oferecendo modos de solucionar os problemas, justificando-os e prevendo seus prováveis efeitos. Nessa perspectiva, a definição dos quadros não é realizada por apenas um dos componentes do processo comunicativo, mas atravessa a mensagem, quem a comunica, quem a recebe e a cultura que os permeia. O gesto de dar ênfase, proeminência, destaque a determinados aspectos específicos é caracterizado por Entman (1993, p. 53) como produto da interação entre o enunciado e o público. Portanto, o enquadramento – tomado nesse contexto como o ato de ressaltar determinados pontos e eclipsar outros, acionando certas chaves de leitura de preferência em detrimento de outras – também é realizado pelo público, na medida em que a consonância ou dissonância com seu próprio sistema de crenças e princípios desempenha papel fundamental na construção da estrutura interpretativa de um discurso.

³ Mendonça e Simões apontam três modalidades analíticas fundamentadas no conceito de enquadramento: a análise da situação interativa, focada nas interações sociais entre sujeitos face a face; a análise de conteúdo discursivo, que explora a construção de perspectivas de interpretação da realidade; e a análise de efeito estratégico, que se refere ao ângulo mobilizado para gerar determinados efeitos sobre os receptores (2012, p. 191-195).

Na dimensão do enquadramento realizado pelo público, Entman (1993) aponta uma margem para certo grau de autonomia dos sujeitos que o compõem, afirmando que estes podem acionar quadros de maneira independente do significado dominante do texto, em conformidade com seu próprio conjunto de crenças e valores. Considerando que esses sujeitos podem apresentar formas de conhecimento, aprendizado e socialização diferentes; contextos sociais, visões políticas, ideológicas e religiosas distintas e, às vezes, diretamente conflitantes com o quadro dominante da mensagem, esses sujeitos podem e, de fato, *tendem* a realizar aquilo que o autor chama de contra-enquadramento.

Na modalidade de contra-enquadramento, segundo Entman (1993), os sujeitos podem resgatar fatos anteriores e contextos alternativos por conta própria, estabelecer vínculos relacionais que não estavam explícitos no texto, assim como retomar de sua própria memória e vivência social uma explicação causal, uma forma de interpretação ou uma possível solução que se encontram completamente ausentes do texto em questão. Na visão do autor, a abordagem da análise de conteúdo se centraliza, então, na identificação e descrição dos quadros percebidos na situação, explorando os movimentos de proeminência e destaque realizados em relação ao discurso e investigando a associação desses quadros com os sistemas de valores dos sujeitos que constituem o público observado.

Objetificando: subversão ou reprodução de privilégios?

O vídeo “React: objetificando”⁴, lançado em dezembro de 2017 pela rapper Lívia Cruz em seu canal no Youtube, com participação da rapper Bárbara Sweet, foi produzido com uma proposta autodeclarada feminista. Em sua trajetória, composição musical e presença midiática, ambas as rappers apresentam um histórico de envolvimento com a temática feminista, questionando a definição de papéis de gênero hierarquizados e o próprio tratamento misógino que costumam receber em sua vida artística e pessoal. Como contraponto ao fato de frequentemente serem julgadas não por seu talento ou pela qualidade do seu trabalho, mas pelos seus corpos e sua beleza, como objetos sexuais, Lívia Cruz e Bárbara Sweet propuseram uma inversão desses papéis, dirigindo comentários com o mesmo teor desrespeitoso e objetificador a diversas figuras

⁴ O vídeo, anteriormente disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6Ik-9brsMdw>> e acessado em 1 fev. 2018 para a escrita deste trabalho, foi retirado do ar por suas autoras após as críticas ao conteúdo.

masculinas do rap. Segundo as autoras do vídeo, o objetivo dessa troca de lugares sociais era subverter a lógica de exploração feminina, denunciar as práticas machistas cotidianas e incentivar o pensamento crítico em relação à objetificação dos corpos das mulheres.

Como defendido por Entman (1993), a definição dos quadros não é realizada apenas na constituição do próprio conteúdo discursivo ou por quem o produziu, mas perpassa também o público, suas formas de conhecimento, seus valores culturais e suas normas para a construção da realidade social. Esse movimento não se refere apenas ao posicionamento de concordância ou discordância em relação ao conteúdo, mas também ao próprio modo de leitura considerado apropriado para definir o que está acontecendo. Nesse sentido, a interpretação oferecida por Lívia Cruz e Bárbara Sweet, duas rappers brancas, não foi compartilhada por todos os espectadores do vídeo, que repercutiu negativamente entre pessoas ligadas aos movimentos negros. Diversas acadêmicas, escritoras, musicistas e demais militantes do feminismo negro no Brasil se manifestaram em suas páginas públicas no Facebook, blogs e portais de notícias, apontando o teor fortemente racista do vídeo.

Os termos⁵ utilizados por Bárbara Sweet expõem esse caráter racista de forma muito explícita: a rapper associa um dos escolhidos para a objetificação à imagem de um criminoso, descrevendo cenários em que ele sairia de um camburão, e o compara a um traficante armado com fuzil. Sobre uma possível aproximação do rapaz, ela afirma que não saberia diferenciar entre uma abordagem sexual e um assalto, afirmando que essa dúvida faz parte de seu poder de atração. Descrevendo outro cenário fictício, Sweet repete a comparação a um assalto e afirma: “essa é a dúvida que me acomete com pessoas que se encaixam nesse padrãozinho específico”, ao que Lívia Cruz responde que essa confusão se trata de um pensamento coletivo.

Os homens escolhidos para a sátira eram rappers negros e periféricos, objetificados por meio de recursos discursivos de sexualização de forma fetichizada, selvagem, animalesca, além da associação à criminalidade, ao tráfico e à violência. Embora as rappers tenham se apresentado com um pretenso objetivo de inversão de papéis para subversão da lógica hierárquica machista, sua fala apenas reforçou estereótipos ligados à desumanização e criminalização de homens negros, já

⁵ Embora o vídeo original não esteja mais disponível no Youtube, alguns trechos foram transcritos e publicados em portais de entretenimento e cultura, disponíveis em: <<https://goo.gl/WqnA6K>>, <<https://goo.gl/zVdtVB>> e <<https://goo.gl/4dML82>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

consolidados e naturalizados na estrutura sociocultural racista. Originados a partir da herança escravocrata brasileira, esses estereótipos e normas de atribuição de valores negativos a homens negros ainda atuam, na contemporaneidade, na naturalização da noção de inferioridade e mesmo como forma de legitimação discursiva da violência contra a população negra. Mais do que isso, as ideias de associação à criminalidade permeiam a violência da abordagem policial, a parcialidade do sistema judicial contra jovens negros e seu encarceramento em massa.

Considerando a visão do rap como uma manifestação cultural negra e periférica, tradicionalmente ligada à denúncia contra as estruturas de opressão de raça e classe, a debates políticos radicais e progressistas, o vídeo tão marcadamente racista constituiu uma quebra significativa na continuidade da experiência das pessoas que se interessam pelo gênero musical. A mudança drástica na imagem das rappers Lívia Cruz e Bárbara Sweet, anteriormente consolidada como referência feminista nesse espaço tradicionalmente dominado por homens, também representou uma rachadura considerável: de mulheres admiradas por seu discurso feminista e valorização da cultura periférica, passaram a ser vistas como mulheres racistas, que se apoiam na opressão racial para se afirmarem em um espaço cultural negro. Nesse contexto, evidencia-se a constituição do acontecimento como uma ruptura, uma descontinuidade na experiência, caracterizada pela imprevisibilidade e desencadeando reações, releituras e novas expectativas.

Devido ao aspecto revelador do acontecimento, novos contextos, perspectivas, visões de mundo e informações foram mobilizadas, permitindo novas construções de sentido, novas interpretações sobre o passado e uma nova gama de possibilidades. Como mencionado na seção anterior, o poder de afetação do acontecimento impele os sujeitos a tentarem restaurar a continuidade rompida, investigando as razões que levaram à ocorrência e as condições que a possibilitaram. Nesse sentido, a própria inauguração do debate por parte das mulheres negras e não pelo homens negros, os principais ofendidos pelas falas racistas do vídeo, levou a uma série de questionamentos sobre o cenário do rap: o que autoriza mulheres brancas a apresentarem como “subversiva” uma fala condizente com a estrutura racista? Por que mulheres brancas foram tão apoiadas em espaços da cultura negra, em detrimento de mulheres negras? Junto à reconstrução de sentidos sobre o passado, somam-se novas expectativas sobre o futuro, como a necessidade de centralizar mulheres negras no cenário do rap e no debate

feminista, de modo a evitar que mulheres brancas perpetuem seu privilégio racial nesses espaços.

Nesse ponto, evidencia-se o poder hermenêutico do acontecimento, sua capacidade de fazer emergir algum aspecto ou fenômeno da sociedade em que se inscreve. Conforme apontado por Quéré (2010, p. 35 apud SIMÕES, 2012), “os acontecimentos se tornam, eles próprios, fonte de sentido, fonte de compreensão e fonte de redefinição da identidade daqueles que afetam”, articulando, assim, um universo de sentidos e evidenciando sua propriedade de revelar uma ocorrência imprevista e expor o caráter problemático do contexto a que se refere. O fenômeno exposto em questão é precisamente a existência de conflitos históricos nos movimentos feministas, onde a centralização da categoria em mulheres brancas de classe média acaba permitindo a perpetuação e ativo benefício de outras formas de opressão ligadas aos recortes de raça e classe – construindo um movimento feminista que não apenas não contempla as necessidades políticas das mulheres na base da pirâmide social, como efetivamente as explora, se apoiando nesses privilégios estruturais.

Nesse contexto, a feminista negra bell hooks⁶ (1994) aborda sua experiência acadêmica para descrever seu profundo incômodo em relação às lutas que se afirmam progressistas por repudiar uma forma específica de dominação, mas praticam outras; em relação a sujeitos e instituições comprometidos com um ou alguns dos recortes de raça, gênero, classe, sexualidade, enquanto reproduzem e se beneficiam de outros. Em defesa de uma abordagem holística como ponto de partida para as revoluções culturais progressistas, a autora enfatiza que a construção de uma sociedade justa e igualitária só pode se efetivar mediante o empenho em se contrapor a todas as esferas de dominação que implicam em privilégios, tanto na dimensão individual quanto no aspecto coletivo.

Em última análise, se nos comprometermos apenas com a melhoria daquela política de dominação que nós identificamos que leva diretamente à nossa exploração ou opressão individual, nós não apenas permanecemos ligados ao status quo, como agimos como cúmplices, alimentando e perpetuando esses mesmos sistemas de dominação (hooks, 1994, p. 244, tradução nossa).

Dessa forma, hooks (1994) reafirma que esses sistemas de dominação se constituem como uma rede interdependente, enfatizando que a busca pela liberdade e igualdade só pode ser bem-sucedida por meio da transformação de todos esses aspectos

⁶ A autora, chamada Gloria Watkins, adotou o nome da avó como pseudônimo e pede que sua grafia seja feita em letras minúsculas.

interligados – do contrário, as formas de opressão apenas encontrarão novas vítimas, em outros lugares sociais de vulnerabilidade. Essa abordagem serve para evitar o que a autora caracteriza como “pontos cegos”, referindo-se ao apagamento e invisibilização dos sujeitos prejudicados pelas estruturas socioculturais de dominação em suas múltiplas modalidades e combinações. Essa perspectiva holística descrita por bell hooks (1994) está diretamente relacionada à ideia da abordagem interseccional das desigualdades estruturais. A interseccionalidade, conceito desenvolvido por feministas negras na década de 1980, constitui uma ferramenta teórico-metodológica para elucidar os processos de interação entre as relações de poder e categorias como classe, gênero e raça (RODRIGUES, 2013). Ao considerar que os múltiplos recortes de opressão e desigualdade se combinam, se sobrepõem, complexificando as relações sociais, essa abordagem permite explorar as especificidades geradas por essas sobreposições e, assim, melhor investigar a experiência social desses sujeitos, seus focos de vulnerabilidade e suas expressões de resistência.

Em consonância com esse pensamento, a feminista negra Angela Davis (2017) critica não apenas o ato de abordar esses recortes de opressão separadamente, mas também a tendência em manter como padrão aqueles sujeitos que se encontram no centro das categorias normativas de privilégio estrutural – categorias que deveriam ser destruídas, não reafirmadas. Para a autora, não basta integrar os grupos oprimidos na sociedade, é preciso uma transformação profunda em suas estruturas de poder. Esse progresso depende, por exemplo, da mudança no que é considerado como o padrão da categoria geral de “mulher”, historicamente centralizada em mulheres brancas de classe média. Davis convida a pensar em mulheres negras para a representação dessa categoria, trazendo experiências de lutas contra a violência e contra o sistema da indústria prisional. Desse modo, a autora defende que o signo da categoria feminina deveria ser centralizado em torno das mulheres que sempre foram marginalizadas pelas estruturas de poder, em oposição àquelas que se beneficiam de todos os outros recortes desse sistema hierárquico.

Em conformidade com essa perspectiva, a feminista negra Djamila Ribeiro (2016) enfatiza o problema da centralização histórica do movimento feminista na figura da mulher branca de classe média como categoria universal, ignorando a diversidade de experiências das mulheres que partem de outros pontos. Para a autora, o pensamento focado nessa categoria supostamente universal contribui para que as mulheres

privilegiadas se apoiem em outras categorias hierárquicas, como raça, classe e sexualidade, para reproduzir opressões contra mulheres já expostas a uma maior vulnerabilidade social. Considerando esses recortes como questões estruturais, Ribeiro reafirma a necessidade de questionar os próprios privilégios e de realizar uma análise conjunta das formas de dominação – apontando a inviabilização da transformação da sociedade por meio de movimentos que condenam apenas uma forma de opressão ao mesmo tempo em que alimentam outras frentes da mesma estrutura de poder.

Observando o papel das mulheres negras como espectadoras, bell hooks (1992) aponta esse olhar como um gesto político de resistência, com o potencial de construir questionamentos, confrontar normas e desafiar a autoridade discursiva do objeto. Na perspectiva da autora, o movimento de olhar e, principalmente, de constituir um olhar oposicionista, está relacionado ao processo de subjetivação da mulher negra, de modo que esse gesto é dotado de poder e agência política. Em uma contextualização histórica das relações de poder racializadas, hooks (1992) destaca que as pessoas negras escravizadas eram punidas por seus senhores em função do seu olhar: por olhar fixamente, olhar demais, olhar sem permissão. Diante da privação do direito de dirigir o olhar conforme sua própria vontade, a autora afirma que o olhar das pessoas negras emergiu como uma forma de insubordinação, como um ato rebelde, de contestação, como um gesto crítico, interrogador e oposicionista. Para hooks, na medida em que a afirmação do direito de olhar declara o desejo de mudar a realidade observada, esse movimento se torna um espaço de agência e resistência, no qual as mulheres negras se posicionam como sujeitos e nomeiam o que veem.

Para Patricia Hill Collins (2016), o pensamento feminista negro proporciona uma perspectiva significativamente enriquecedora para o campo dos estudos sociológicos, que parte precisamente do lugar social de marginalidade ocupado por essas mulheres negras – caracterizado pela autora como um status de “*outsider within*”, a estrangeira de dentro, alguém que observa de perto e conhece profundamente as estruturas de poder das quais está excluída. Esse ponto de vista analítico, segundo Hill Collins, não prioriza um dos elementos de raça, gênero, classe e outros recortes, tratando os demais como variáveis, mas se concentra precisamente em observar a natureza da interação entre essas formas de opressão.

Assim como bell hooks (1994), Patricia Hill Collins (2016) caracteriza as formas de opressão como um sistema de natureza interligada, apontando essa perspectiva como

um dos temas dominantes do pensamento feminista negro, assim como a questão da autodefinição como forma de contestar as identidades sociais estereotipadas que atuam no controle de grupos dominados. Desse modo, a origem na experiência de pessoas que vivenciam a opressão de forma simultânea e holística permitiu o surgimento e consolidação do pensamento feminista negro como um ponto de vista atento às interconexões dos recortes de desigualdade social, no qual suas experiências pessoais e culturais auxiliam na construção de um grande potencial crítico e criativo para a análise sociológica.

Considerações finais

Este trabalho foi orientado pelo objetivo de analisar o caso do vídeo “React: objetificando”, das rappers Lívia Cruz e Bárbara Sweet, junto ao debate motivado por militantes feministas negras em protesto contra seu conteúdo, à luz dos conceitos de acontecimento e enquadramento. O estudo contemplou as divergências entre o enquadramento inicial feminista apresentado pelas autoras do vídeo e o contra-enquadramento racista desvelado pelas pessoas ligadas aos movimentos negros, fundamentado nos estereótipos, ofensas e associações à criminalidade e à selvageria presentes no conteúdo discursivo do vídeo.

O enquadramento apresentado inicialmente era ancorado na ideia de inversão de papéis, tomando o padrão patriarcal de objetificação das mulheres como parâmetro para essa inversão e se apresentando como subversivo – sem considerar, no entanto, que homens negros já têm seus corpos objetificados, fetichizados, explorados e desumanizados, de modo que o discurso do vídeo não caracteriza subversão, mas precisamente a reprodução e perpetuação da estrutura racista. Ao remeter ao estereótipo racista e perverso da associação dos homens negros, principalmente os periféricos, à criminalidade, a construção discursiva não apenas ofende, mas contribui com a legitimação discursiva da violência policial que humilha, prende injustamente, agride e assassina a juventude negra.

A partir das noções de interseccionalidade, do combate holístico das formas de dominação e das contribuições sociológicas da perspectiva feminista negra, este trabalho defende a abordagem da diversidade de categorias de opressão social como parte da mesma estrutura, como um sistema interligado – observando não apenas um desses recortes em detrimento de outros, ou um recorte acima dos demais, mas

analisando as interações e combinações entre eles. Desse modo, embora as ofensas racistas do caso discutido tenham sido dirigidas especificamente contra homens negros, na medida em que o racismo se configura como uma violência estrutural, não se trata de uma violência exclusivamente contra esses homens, mas contra todas as pessoas negras. Considerando que a hipersexualização e objetificação dos corpos negros, a associação da negritude a estereótipos negativos de criminalidade e imoralidade e as demais formas de racismo também vitimam as mulheres negras, o conteúdo discursivo do vídeo analisado não pode ser considerado feminista. Além disso, na abordagem defendida por este trabalho, a estratégia para a transformação da sociedade envolve a desconstrução estrutural de todas as formas de poder e dominação, não considerando apropriado atacar apenas um de seus pilares enquanto se fortalecem os outros.

Para além do movimento de contra-enquadramento e disputa de quadros, o caso analisado explicita uma disputa muito mais ampla, referente à legitimação discursiva da hierarquização estrutural das identidades e ao esforço decolonial de questionar a narrativa única da branquitude – inclusive sua vertente de expressão em discursos que se pretendem feministas enquanto se apoiam no privilégio racial. Nesse contexto de enquadramentos, foi explicitada a propriedade de afetação mútua do acontecimento em relação aos sujeitos que interagem com ele, na medida em que outras perspectivas e formas de conhecimento foram acionadas para sua construção de significados socioculturais, para a investigação do passado que o constituiu e para a apresentação de soluções e expectativas futuras.

Foi evidenciado também o poder hermenêutico do acontecimento, ao revelar, por meio dos enquadramentos conflitantes de um caso específico, um embate mais amplo no cenário cultural e estrutural da sociedade em que se inscreve. O trabalho destacou não apenas a problemática centralização do feminismo em torno de mulheres brancas, em cumplicidade com a exploração das mulheres e homens marginalizados pelos recortes de raça e classe, mas também o modo como essa questão pode permear a sociabilidade cotidiana, as culturas populares, suas manifestações midiáticas e sua tematização nas discussões em redes sociais.

Referências

BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Org.). **Sociolinguística Interacional**. 2ª ed. rev e ampl. São Paulo: Loyola, 2002. p. 85-105.

DAVIS, Angela. Angela Davis in Conversation. In: **Women of the World Festival**, Southbank Centre, London, 11 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vHhy0UovKs4>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

DEWEY, John. Having an experience. In: _____. **Art as experience**. New York: Perigee Books, 1980. p. 35-57.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, Washington, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

EVELLE, Monique. Queridas Lívia Cruz e Bárbara Sweet... **Portal Desabafo Social**. Salvador, 01 fev. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/4dML82>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

FRANÇA, V.; ALMEIDA, R. O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso. **Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura**, v. 6, n. 2, 2008.

FRANÇA, Vera Veiga; SILVA, Terezinha; VAZ, Geraldo Frances Fonseca. Enquadramento. In: FRANÇA, Vera Veiga; MARTINS, Bruno Guimarães; MENDES, André Melo. (Org.). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): Trajetória, conceitos e pesquisa em Comunicação**. 1ª ed. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG, 2014. p. 80-83.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: an essay on the organization of experience**. Boston: Northeastern University Press, 1974.

HILL COLLINS, Patricia. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

HOOKS, bell. **Black looks: race and representation**. Boston: South End Press, 1992.

_____. **Outlaw culture: resisting representations**. New York, London: Routledge, 1994.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos - Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

RAMOS, Aline. Os comentários racistas destas rappers levantaram um debate sobre racismo no feminismo. **Portal Buzzfeed Brasil**. São Paulo, 01 fev. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/zVdtVB>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

RIBEIRO, Djamila. O que é feminismo interseccional? **Canal “Você é feminista e não sabe”**, 30 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P88Ln07WyAI>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013,

Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<https://goo.gl/FoPzTZ>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

ROSA, Ana. A criação perigosa de problematizações, o racismo e a falta de senso. **Portal Noticiário Periférico**. São Paulo, 01 fev. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/WqnA6K>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

SIMÕES, P. G. Acontecimento, mídia e experiência: uma perspectiva para a análise das celebridades. **Revista Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 20, p. 10-39, 2012.